



Torres Novas

Plano de Desenvolvimento Social 2025/2028



Título:

PDS - Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Torres Novas 2025/2028

Autoria:

Equipa Técnica RADAR SOCIAL do Município de Torres Novas

Coordenação:

Divisão de Ação Social e Saúde do Município de Torres Novas | RADAR SOCIAL

Acompanhamento:

Núcleo Executivo do Conselho Local de Ação Social de Torres Novas (CLASTN)

Colaboração:

Entidades parceiras do Conselho Local de Ação Social de Torres Novas (CLASTN)

Aprovado em Plenário do Conselho Local de Ação Social de Torres Novas (CLASTN) realizado a:

24 de janeiro de 2025

ÍNDICE

1. Introdução	4
2. Visão, Missão e Objetivos Estratégicos do Município	4
3. Perceção dos Principais Problemas Sociais do Concelho	6
3.1. Análise por Domínios dos Problemas Sociais Identificados	13
4. Plano de Desenvolvimento Social 2025-2028	26
5. Linhas Orientadoras para o Plano de Ação 2025-2026	58

1. INTRODUÇÃO

O Plano de Desenvolvimento Social, adiante designado por PDS, traduz-se num instrumento orientador da intervenção social das entidades locais, tendo como principal finalidade a definição dos objetivos e estratégias de intervenção, de modo a promover um articulado desenvolvimento social para o Município de Torres Novas.

Elaborado no âmbito do projeto Radar Social, enquadrado na legislação atual, nomeadamente no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), especificamente na Componente 03 – Respostas Sociais, investimento «RE-C03-i01 – Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais», o PDS terá um âmbito de atuação correspondente ao quadriénio 2025/2028 e será operacionalizado mediante a execução de um Plano de Ação.

De referir que o PDS não é um fim em si mesmo, mas sim, um instrumento ao serviço da ação social, procurando contratualizar:

- Uma visão conjunta da situação e das transformações mais emergentes e possíveis a desencadear;
- As atribuições de cada um dos parceiros na fase de implementação;
- O modo como serão afetados os recursos comuns a cada um dos parceiros;
- O modo como será efetuada a sua implementação;
- A participação na avaliação dos resultados da intervenção.

2. VISÃO, MISSÃO E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO MUNICÍPIO

Segundo as linhas orientadoras traçadas no documento referente às Grandes Opções do Plano para 2025, o Município de Torres Novas, sensível às constantes mutações verificadas no território, adotou a **visão** de «município mais competitivo sustentável, coeso e digital», tendo como **missão** a afirmação da sua identidade e do seu território, potenciando a sua localização estratégica no país, através de medidas equilibradas e sustentáveis intergeracionalmente, garantindo a promoção de políticas públicas inovadoras que se traduzam numa crescente qualidade de vida dos seus cidadãos.

Sendo a Divisão de Ação Social e Saúde uma Unidade Orgânica fundamental no seio do Município de Torres Novas, com **Objetivo Estratégico** «Saúde Universal e Coesão Social» esta possui uma contribuição preponderante para o cumprimento dos seguintes ODS:



Para que todas estas premissas sejam possibilitadas, em 2025, o Município de Torres Novas irá manter o compromisso, iniciado em 2022, de alinhar os objetivos estratégicos, presentes nas Grandes Opções do Plano, com os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), na Agenda 2030, os quais destacam a centralidade do papel do Município de Torres Novas na implementação dos ODS no seu território, bem como a concretização das suas metas, integrando-os nas suas políticas locais, nas diversas áreas de intervenção.



De referir que a proximidade à sociedade civil e o saber aprofundado das particularidades do território torrejano, possibilitam o progresso de ações concretas de integração dos ODS, não só nas práticas e

processos internos, mas também, no âmbito do desenvolvimento de parcerias com outras entidades e agentes locais (Município de Torres Novas, 2024).¹

De modo a que haja uma eficaz monitorização da concretização dos ODS, o Município de Torres Novas integra, desde 2018, a Rede CESOP-Local, a qual consiste numa parceria entre os Municípios Portugueses e a Unidade de Investigação Aplicada CESOP-Local da Católica-CESOP em prol do Desenvolvimento Sustentável ao nível local em Portugal, que se estabelece no âmbito do projeto Territórios Sustentáveis que visa o desenvolvimento de ferramentas de monitorização; mediação; partilha e transferência de boas práticas e conhecimento científico (CESOP-Local, *n.d.*).²

Para o cumprimento desse objetivo, a Rede CESOP-Local elabora um documento denominado Índice de Sustentabilidade Municipal (ISM), o qual monitoriza o grau de sustentabilidade do território, a dinâmica de envolvimento das partes interessadas e o grau de desempenho da organização autárquica. Em termos globais e de acordo com o relatório do ISM, produzido pelo CESOP-Local, o Município de Torres Novas apresentou em 2024 um índice de concretização de 63,3. Não obstante o ISM de 2024 apresentar um pequeno decréscimo de 0,3 pontos face aos valores de 2023, os resultados atingidos continuam a demonstrar o compromisso de Torres Novas para com as metas da Agenda 2030, mas revelam, do mesmo modo, a necessidade de apostar em mudanças que permitam o aumento da concretização de todos os ODS, a nível local (Município de Torres Novas, 2024).¹

3. PERCEÇÃO DOS PRINCIPAIS PROBLEMAS SOCIAIS DO CONCELHO

Numa primeira fase, solicitou-se a colaboração de todos os parceiros sociais, na identificação dos problemas existentes no concelho, tendo por base os eixos definidos no último Plano de Ação da Rede Social (2022/2023), designadamente, **Família e Comunidade; Educação; Equipamentos Sociais; Habitação, Urbanismo e Reabilitação; Saúde e Desenvolvimento da Rede Social.**

¹ Município de Torres Novas (2024). *Orçamento Municipal e Grandes Opções do Plano*. Torres Novas: Câmara Municipal de Torres Novas. Acedido a 06 de janeiro de 2025, em https://cm-torresnovas.pt/images/documents/Financeira/GOP/OM_GOP_2025_V_2_web.pdf

² Rede CESOP-Local (n.d.). *Rede CESOP-Local para os Territórios Sustentáveis*. Lisboa: Centro de Estudos e Sondagens de Opinião da Universidade Católica. Acedido a 06 de janeiro de 2025, em <https://www.cesop-local.ucp.pt/rede-cesop-local>

Após compilação da informação fornecida pelos parceiros sociais, foram elaborados quadros-resumo, das problemáticas identificadas pelos mesmos, de acordo com os eixos de intervenção anteriormente elencados:

Família e Comunidade

- Insuficiência de recursos financeiros para apoio a famílias carentiadas;
- Falta de acompanhamento parental às famílias;
- Destruturção familiar/falta de competências pessoais e de organização familiar;
- Sobre-endividamento das famílias – insolvência familiar;
- Famílias dependentes dos apoios sociais;
- Desemprego Jovem/dificuldade de integração dos jovens na vida ativa;
- Necessidade de espaços verdes e de prática de desporto casual para os cidadãos;
- Isolamento da população idosa, sem respostas sociais compatíveis com as suas necessidades;
- Jovens com comportamentos de risco/desviantes;
- Necessidade de serviço acessível à comunidade ao nível de intervenção/acompanhamento/terapia da fala, que dê continuidade após o término de alguns programas em vigor;
- Fraca rede de transportes, principalmente no período de férias escolares, o que afeta a população numa série de questões, nomeadamente, na empregabilidade;
- Ausência de projetos estruturados de intervenção social ao nível do voluntariado;
- Necessidade de aperfeiçoar os mecanismos de promoção e divulgação do voluntariado e da responsabilidade social junto da população jovem local;
- Aumento significativo da população com critérios de elegibilidade no Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI) e, conseqüente falta de recursos humanos para fazer face ao acompanhamento das crianças e famílias, sinalizadas à Equipa Local de Intervenção de Torres Novas.

Educação

- Insuficiente apoio do Ministério da Educação para dar resposta a todos os alunos com necessidades educativas especiais;
- Desadequação do sistema educativo na integração de alunos com problemas comportamentais/disciplinares/emocionais e de saúde mental;
- Necessidade de diversidade de respostas educativas, nos Estabelecimentos de Ensino, nomeadamente no que diz respeito a perturbações/distúrbios do foro mental;
- Falta de articulação entre o setor educativo e a comunidade, com lógicas de formação em regime dual (metade na escola e metade na organização);
- Turmas escolares muito grandes;
- Necessidade de formação ao nível do pessoal docente e não docente sobre problemáticas comportamentais e respetiva gestão;
- Necessidade de adequação de currículos ao desenvolvimento da criança, designadamente ao nível do 1º ciclo (que respeitem o seu ritmo de desenvolvimento);
- Necessidade de trabalho, em contexto escolar (*in loco*) ao nível de treino de competências pessoais e sociais junto de crianças/jovens;
- Necessidade de espaço direcionado para o acompanhamento ao estudo de crianças-jovens a partir do primeiro ciclo (atendendo à falta de disponibilidade dos pais e exigências dos atuais currículos);
- Falta de assistentes operacionais nas escolas;
- Falta de acompanhamento direto e personalizado aos alunos e suas famílias;
- Ausência de animadores socioculturais para gerir/orientar os tempos livres das crianças e jovens no espaço escolar.

Equipamentos Sociais

- Necessidade de reforço das respostas sociais de CACI e Lar Residencial;
- Necessidade de alargamento das respostas, ao nível dos Equipamentos Sociais existentes no concelho;
- Necessidade de implementação do “Fórum Sócio Ocupacional” /Necessidade de espaço direcionado para acompanhamento de doentes mentais e respetivas famílias;
- Estruturas Residenciais para idosos (ERPI) em quantidade insuficiente;
- Necessidade de Residências Assistidas;
- Necessidade de espaço direcionado para acompanhamento de crianças/jovens a partir do 2º ciclo, em algumas localidades do concelho;
- Necessidade de Instituições de Acolhimento, com resposta adequada à problemática da saúde mental nas crianças e jovens;
- Equipamentos de Apoio à Infância com vagas reduzidas ou inexistentes, durante o ano, dificultando o acesso imediato ao emprego/formação por parte das mães;
- Proliferação dos lares privados e casas de acolhimento a idosos, sem licenciamento.

Habitação, Urbanismo e Reabilitação

- Necessidade de criação de programa para apoio na recuperação de habitações de famílias carenciadas;
- Necessidade de manutenção da habitação pela população residente, com a melhoria das condições de habitabilidade;
- Elevado número de habitações degradadas e desabitadas, devido à diminuição populacional;
- Necessidade de respostas habitacionais compatíveis com os baixos rendimentos dos agregados familiares;
- Rendas elevadas nos meios urbanos;
- Habitação Social – as pessoas deveriam ser distribuídas e não concentradas em bairros;
- Problemas de acessibilidade nos edifícios públicos do concelho;
- Centro histórico da cidade degradado;
- Existência de património ambiental (nomeadamente o rio Almonda e as suas margens), histórico e urbanístico a preservar, reabilitar e/ou regenerar.

Saúde

- Dificuldade de deslocação aos Hospitais de Abrantes e Tomar (hospitais de referência para algumas especialidades);
- Necessidade de prestação de cuidados médicos a seniores nas instituições;
- Dificuldade de acesso aos serviços/consultas de especialidade, por escassez económica e atual falta de resposta do SNS, nomeadamente ao nível de medicina dentária/estomatologia, psicologia clínica, terapia da fala, psiquiatria, pedopsiquiatria e neuropediatria;
- Necessidade de resposta ao nível da Saúde Mental, mais concretamente ao nível de consultas de Pedopsiquiatria e Psiquiatria;
- Necessidade de reforço de técnicos de psicologia no Centro de Saúde e no Hospital;
- Falta de Médicos de Família para toda a população, desde a Infância até à Terceira Idade;
- Falta de respostas ao nível de Equipas Multidisciplinares com acompanhamento psicossocial, supervisão da medicação, nos que diz respeito a idosos e doenças do foro mental;
- Dificuldade na aquisição de ajudas técnicas para os utentes de Apoio Domiciliário;
- Utes do SNS com difícil acesso à informação, relativamente aos seus direitos, designadamente, isenção da taxa moderadora, necessidade de transporte para tratamentos de fisioterapia, bem como, benefícios sociais, para idosos e para crianças e jovens com necessidades especiais etc.;
- Número elevado de idosos a aguardar vaga em IPSS ou ERPI em hospitais;
- Falhas na especialidade de obstetrícia;
- Grande afluência às urgências, sem capacidade de resposta, principalmente nos meses de inverno;
- Necessidade de criar uma área de cuidados continuados no concelho;
- Ausência de Centros Ocupacionais para doentes mentais crónicos;
- Falta de voluntários na Liga dos Amigos do Hospital de Torres Novas.

Desenvolvimento da Rede Social

- Necessidade de reforço das parcerias que integram a Rede Social;
- Processos de decisão mais participados;
- Necessidade de criar/dinamizar as CSF em todo o território do concelho;
- Dificuldades na partilha de informação/falta de comunicação entre agentes sociais locais;
- Desarticulação entre alguns projetos de apoio social;
- Dificuldade na obtenção de dados estatísticos, por parte de algumas entidades;
- Dificuldade no acesso a informação para a atualização dos instrumentos de planeamento social;
- Desatualização dos instrumentos de planeamento social;
- Barreiras na articulação interinstitucional;
- Necessidade de criação de uma base de dados para o cruzamento mensal dos bens concedidos às famílias pelas várias instituições;
- Necessidade de realização de reuniões semestrais.

3.1. ANÁLISE POR DOMÍNIOS DOS PROBLEMAS SOCIAIS IDENTIFICADOS

Domínios de Oportunidade/Vulnerabilidade por Eixos de Intervenção

Família e Comunidade



Domínios de Oportunidade:

- ▣ Regulamento Municipal de Concessão de Apoios no Domínio da Ação Social, tendo em vista o apoio aos estratos sociais desfavorecidos;
- ▣ Complemento de Garantia para a Infância;
- ▣ Criação da equipa para o projeto-piloto Radar Social, no âmbito do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR);
- ▣ Celebração de Protocolo com o Centro de Reabilitação e Integração Torrejano (CRIT) para a manutenção da Equipa Protocolada com vista ao acompanhamento dos cidadãos beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI);
- ▣ Celebração de Protocolo com o Santa Casa da Misericórdia de Torres Novas, dando continuidade à Equipa Técnica afeta ao Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS);
- ▣ Regulamento Programa de Apoio à Natalidade da União de Freguesias de Santa Maria, Salvador e Santiago;
- ▣ Implementação do Contrato Local de Desenvolvimento Social de 5.ª Geração (CLDS-5G) – Projeto COM(VIVÊNCIAS), com especial enfoque na promoção da autonomia dos idosos e envelhecimento ativo;
- ▣ Gestão dos apoios sociais centralizado no SAAS, com acompanhamento/ encaminhamento de utentes articulado para as diversas respostas existentes;

- Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC) – operacionalizado pela Santa Casa da Misericórdia de Torres Novas;
- Entidades/instituições parceiras da Rede Social que prestam apoio direto às famílias, ao nível do pagamento de despesas, vestuário e alimentação (Cáritas Paroquial de Torres Novas, Cáritas Paroquial de Riachos, Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Torres Novas e Centro Comunitário «ROSTO»;
- Programa abem: Rede Solidária do Medicamento - protocolo com a Associação DIGNITUDE;
- Existência de dois Bancos de Ajudas Técnicas prestados (CRIT e Centro Social do Divino Espírito Santo);
- Equipamentos Municipais, coletividades e associações com um vasto leque de modalidades desportivas e recreativas de acesso facilitado à população e com alguns benefícios para as famílias;
- Equipamentos culturais com ofertas diversificadas de atividades e espetáculos para famílias, gratuitas e/ou com descontos aplicáveis;
- Cartão Sénior Ativo;
- Existência de um Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental Torrejano (CAFAPT) afeto ao CRIT, que presta apoio especializado às famílias, crianças e jovens, em situação de risco psicossocial;
- Existências de duas Universidades para a Terceira Idade (UTARPE – Universidade da ARPE e Universidade Sénior de Assentis);
- Censos Seniores efetuados pela Guarda Nacional Republicana (GNR);
- «Espaço M» dedicado ao atendimento e apoio às Vítimas de Violência Doméstica e de Género;
- Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação (PMIND);
- Funcionamento do Balcão da Inclusão que presta atendimento especializado no âmbito da deficiência ou incapacidade;
- Dinamização do Banco Local de Voluntariado (BLV);
- O Município promove ações gratuitas e/ou a baixo custo para pessoas, famílias e famílias numerosas na área da cultura, educação e desporto;
- Promoção da iniciativa “Sénior Ativo” por parte do Serviço de desporto do Município no sentido de difundir a prática desportiva junto da população sénior do concelho, oferecendo aulas de ginástica em todo o concelho aos residentes com mais de 55 anos;

- ❑ Promoção da iniciativa da “CIA - Iniciativa Informática e Ativa” da BMGPL em articulação com a CIMT, promovendo o acesso às TIC por parte da população sénior do concelho;
- ❑ Existência de um Conselho Municipal de Cultura.

Domínios de Vulnerabilidade

- ❑ Centralização do atendimento ao nível da Ação Social na Divisão de Ação Social e Saúde no Município de Torres Novas, no âmbito da Transferência de Competências para as Autarquias Locais - Decreto-lei N.º 55/2020, de 12 de agosto, à sua redação atual;
- ❑ Dificuldade em trabalhar algumas famílias/beneficiários de apoios sociais devido à resistência destes à mudança no paradigma das suas vidas;
- ❑ Aumento significativo de pedidos de apoio por parte das famílias torrejanas, considerando o crescimento do sobre-endividamento das mesmas;
- ❑ Impossibilidade de resolução de situações complexas e de resposta social adequada para todas as sinalizações encaminhadas pela Linha Nacional de Emergência Social - 144 (LNES);
- ❑ Número significativo de beneficiários(as) do Rendimento Social de Inserção com incapacidade temporária para o trabalho;
- ❑ Elevado número de famílias com lacunas ao nível das competências pessoais, sociais e de organização/planeamento familiar;
- ❑ Aumento considerável e maior diversidade de imigrantes a solicitar e a beneficiar de apoios e respostas sociais;
- ❑ Aumento considerável do Índice de Envelhecimento. População idosa e vulnerável carente de suporte familiar, votadas, também, a situações de exclusão e isolamento social;
- ❑ Fragilidade das políticas nacionais de apoio à natalidade e às famílias;
- ❑ Insuficiente resposta do meio de transporte rodoviário intermunicipal «MEIO», nomeadamente em áreas rurais e periurbanas no município - parceria entre a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e a Rodoviária do Tejo, S.A.;
- ❑ Falta de conhecimento da população do serviço de Transporte a Pedido «LINK»;
- ❑ Aumento das denúncias/queixas de sinalizações por violência doméstica;

- Apesar de se tratar de crime público, prevalência da passividade e indiferença da comunidade em geral face ao conhecimento de situações de VD e consequente denúncia das mesmas às autoridades competentes;
- A morosidade do processo crime, leva, por vezes a que as vítimas percam interesse e confiança no sistema de justiça;
- Sentimento de vergonha por parte das vítimas do sexo masculino em apresentar queixa crime por violência doméstica;
- Forte procura face à oferta de parque habitacional dedicado às vítimas de violência doméstica;
- Necessidade de ações de sensibilização para as questões relacionadas com a violência doméstica e de Género, vocacionadas aos OPC Órgãos de Polícia Criminal;
- Carência de Iniciativas no âmbito da Igualdade de Género com carácter de continuidade face às atuais de cariz mais pontual;
- Um crescimento exponencial de sinalizações à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Torres Novas no âmbito da violência doméstica;
- Necessidades prementes de motivação de cidadãos para as iniciativas de voluntariado de continuidade.

Educação



Domínios de Oportunidade

- Requalificação do Parque Escolar;
- Qualidade da oferta educativa no município ao nível do ensino regular, profissional e articulado;
- Adesão do Município ao Programa “Cidades Amigas das Crianças” e membro da rede territorial portuguesa das Cidades Educadoras;
- Programa “Ciência Sobre Rodas – Projeto de itinerância, de promoção do ensino experimental das ciências no pré-escolar e 1º ciclo;
- Esforço e disponibilidade na adaptação dos agentes escolares face à origem e interculturalidade de alguns estudantes, nomeadamente ao nível da sua integração;
- Programa «Creche Feliz» que promove a universalidade e gratuidade das creches;
- Prolongamento do horário escolar nos jardins de infância e escolas do 1.º ciclo do ensino básico, no âmbito da Componente de Apoio à Família (CAF);
- Projeto de atividades de tempos livres (ATL) durante as interrupções letivas para as crianças da educação pré-escolar e 1º ciclo;
- Gratuidade das refeições para os discentes posicionados com Escalão A e Escalão B da Ação Social Escolar (ASE) e comparticipação no preço das refeições para os discentes posicionados com Escalão C da ASE;
- Comparticipação dos livros de fichas aos alunos dos escalões A e B, de acordo com as comparticipações fixadas para os mesmos;
- Programa municipal de atribuição de bolsas de estudo aos alunos do ensino superior e para alunos do Coral Phydellius;
- Programa governamental MEGA, à escala nacional, que garante a reutilização sem preço acrescido dos manuais escolares;
- PEDIME - Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal da Educação no Médio Tejo;

- Programa «Escola Segura» - policiamento de proximidade, garantindo a segurança nos estabelecimentos de ensino não superior, públicos, privados e cooperativos;
- Rede de Transportes Escolares - uma parceria entre o Município de Torres Novas e os Agrupamentos Escolares, de carácter gratuito para todos os discentes com frequência até ao 9.º ano e que vivam a mais de 4 km de distância do estabelecimento de ensino, bem como a comparticipação de 50 % aos alunos do ensino secundário regular;
- Centro de Recursos para a Inclusão (CRI), em colaboração entre as instituições públicas de ensino regular e o Centro de Reabilitação e Integração Torrejano (CRIT), com o objetivo de dinamização de ações de apoio à inclusão de crianças e jovens com medidas adicionais de apoio e suporte à aprendizagem escolar;
- Existência de uma Equipa Local de Intervenção (ELI) de Alcanena e Torres Novas, no âmbito da intervenção precoce;
- Existência do Conselho Municipal de Educação;
- Existência da Carta Educativa;
- Existência do Plano Estratégico Educativo Municipal (PEEM);

Domínios de Vulnerabilidade:

- Número considerável de estudantes inseridos em famílias destruturadas e/ou com condições económicas desfavorecidas;
- Acréscimo dos pedidos para apoios sociais ao nível das escolas;
- Constrangimento no enquadramento na ação social escolar de estudantes imigrantes, devido a barreiras culturais, linguísticas e ausência de documentação legal;
- Aumento significativo de crianças/jovens com necessidades educativas especiais, havendo uma carência de qualificação profissional de parte do pessoal docente e não docente para os acompanhar;
- Desconhecimento de alguns membros da comunidade escolar sobre o âmbito de intervenção e funcionamento da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens;
- Carência de assistentes operacionais nos estabelecimentos escolares;
- Inexistência de estabelecimentos de Ensino Superior no Município, nomeadamente de polos afetos ao Instituto Politécnico de Tomar e ao Instituto Politécnico de Santarém;

- Ausência de respostas ao nível de vagas no sistema educacional público, privado e social, potencializada pela implementação do programa «Creche Feliz» que promove a universalidade e gratuidade das creches.

Equipamentos Sociais



Domínios de Oportunidade:

- Esforço contínuo das entidades públicas, privadas e sociais na procura de respostas e recursos financeiros, de modo a suprir as carências da população socialmente vulnerável;
- Equipas técnicas com qualificação e sensibilidade adequadas e vocacionadas às diferentes áreas de intervenção social;
- Regulamento Municipal de Concessão de Apoios no Domínio da Ação Social, que concede diversos apoios às instituições de cariz social, integrantes do Conselho Local de Ação Social de Torres Novas (CLASTN);
- Instrumentos de financiamento público dedicado às respostas sociais, tais como, o Programa de Recuperação e Resiliência (PRR) e o Portugal 2030;

Domínios de Vulnerabilidade:

- Inexistência de vagas no Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI) e Lar Residencial do Centro de Reabilitação e Integrado Torrejano (CRIT), potencializado pela forte procura por parte de indivíduos carentes das respostas sociais prestadas por estas instituições;
- Existência de lares e casas de acolhimento não licenciadas por parte da Segurança Social;
- Necessidade de alargamento da capacidade das Estruturas Residenciais Para Pessoas Idosas (ERPI);

- Carência de vagas no sistema educacional público, privado e social, ao nível das creches, devido à forte procura decorrida do estabelecimento do programa «Creche Feliz»;
- Escassez de respostas para acolhimento de idosos, para quem o Centro de Dia já não é a resposta adequada.;
- Falta de Centros de Noite;
- Inadequação dos Serviços de Apoio Domiciliário (SAD) face a algumas necessidades sentidas pelas pessoas idosas, nomeadamente ao nível de funcionamento e horários;
- Necessidade premente de recorrer a diversas formas de voluntariado ou à realização de atividades de angariação de fundos para suprir as dificuldades económicas das IPSS;
- Falta de resposta social adequada de apoio a cidadãos (18 anos aos 65 anos) em situação de exclusão social, associado a percursos de institucionalização, reclusão, comportamentos aditivos, violência doméstica, comportamentos de furto, em situação de sem-abrigo, entre outros;
- Falta de equipamentos vocacionados para o acompanhamento de doentes mentais e respetivas famílias;
- Inexistência de Residências Assistidas que proporcionem, à população idosa, uma resposta personalizada ao nível do alojamento, temporário e/ou permanente, assente no conforto, preservação da autonomia, envolvimento das famílias, dignidade e bem-estar.

Habitação, Urbanismo e Reabilitação



Domínios de Oportunidade:

- Estratégia Local de Habitação;
- Formalização de candidaturas ao 1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, no âmbito da ELH, o qual promove soluções habitacionais para pessoas que vivem em condições habitacionais indignas e que não dispõem de capacidade financeira para suportar o custo do

acesso a uma habitação adequada, tutelado pelo Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU);

- Existência de Habitação Social Municipal, em regime de Renda Apoiada, que promove a atribuição de habitação municipal, através de concurso público, a famílias de baixos recursos e em situação de vulnerabilidade social, em que as candidaturas são classificadas com base numa Matriz de Classificação aprovada pelo Regulamento de Gestão da Habitação Social no Município de Torres Novas;
- Reabilitação do Parque Municipal de Habitação Social;
- Projeto de Reabilitação Urbana de Torres Novas, enquadrada no Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, que proporciona incentivos e benefícios fiscais para a requalificação do edificado no âmbito da ORU Torres Novas – Centro Histórico;
- Paisagens naturais e humanizadas atrativas, nomeadamente ao nível do património ambiental e histórico;
- Localização geográfica estratégica e com boas vias de comunicação.

Domínios de Vulnerabilidade:

- Aumento do número de pedidos de habitação de renda acessível;
- Insuficiente número de fogos destinados à habitação social e/ou para renda acessível face à elevada procura;
- Mercado de arrendamento a custos incompatíveis com os rendimentos auferidos pelas pessoas/agregados familiares;
- Elevado número de habitações sem condições de salubridade, conforto, segurança, acessibilidade e eficiência energética;
- Constrangimentos à implementação e execução da Estratégia Local de Habitação;
- Sobrelotação de fogos devido à partilha de habitação tendencialmente por parte da população imigrante;
- Elevado número de imóveis devolutos e/ou degradados a necessitar de intervenção;
- Carências nos domínios da literacia e recursos financeiros por parte dos requerentes e potenciais beneficiários de programas de requalificação habitacional (proprietários e/ou inquilinos).

Saúde



Domínios de Oportunidade:

- ▣ Regulamento Municipal para a Atribuição Excecional de Incentivos à Fixação de Médicos de Medicina Geral e Familiar nas Unidades de Saúde de Torres Novas;
- ▣ Acordo de Colaboração na Área da Saúde - em parceria com a Administração Central do Sistema de Saúde, I.P. (ACSS, I.P), a União das Misericórdias Portuguesas (UMP), a Santa Casa da Misericórdia de Torres Novas (SCMTN) e o Município de Torres Novas - destinado à promoção da prestação de cuidados de saúde aos utentes inscritos nas Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP);
- ▣ Requalificação do edificado afeto às Unidades de Saúde de Torres Novas, nomeadamente na UCSP, Pólo de Brogueira, na USP e construção de novas instalações para Unidade de Saúde Familiar Cardillum, nas imediações do Hospital Rainha Santa Isabel (Torres Novas);
- ▣ Alargamento da rede e frequência do transporte, que garante uma maior interconetividade entre as áreas rurais e periurbanas com os centros urbanos, em específico, com os Hospitais Doutor Manoel Constâncio (Abrantes), Rainha Santa Isabel (Torres Novas) e Nossa Senhora da Graça (Tomar);
- ▣ Articulação entre o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) e o Centro de Respostas Integradas de Abrantes para os cidadãos que apresentam comportamentos aditivos e dependências;
- ▣ Existência de dois Bancos de Ajudas Técnicas (Centro de Reabilitação e Integração Torrejano - CRIT e Centro Social do Divino Espírito Santo);
- ▣ Existência de dois Núcleos de Apoio a Crianças e Jovens em Risco (NACJR) e de uma Equipa para a Prevenção da Violência em Adultos (EPVA);
- ▣ Existência de uma Associação de Dadores de Sangue;
- ▣ Realização de rastreios anuais por parte da Liga Portuguesa Contra o Cancro;

- Promoção de formação na área da saúde (primeiros socorros, suporte básico de vida, etc) pela Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Torres Novas;
- Existência de protocolos com entidades privadas que prestam apoio a famílias comprovadamente carenciadas, ao nível de apoio psicológico, óticas, entre outras;
- No âmbito do processo de transferência de competências no domínio da saúde, estabeleceu-se uma estreita colaboração entre o MTN e a ULSMT principalmente ao nível dos cuidados de saúde primários do concelho.

Domínios de Vulnerabilidade:

- Dificuldades para a contratação e fixação de pessoal médico de medicina geral e familiar, especialistas e de enfermagem nas instituições tuteladas pelo Serviço Nacional de Saúde (SNS);
- Instabilidade decorrente da adaptação à nova organização dos cuidados de saúde, com a criação da Unidade Local de Saúde (ULS) do Médio Tejo;
- Limitada Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), nomeadamente em unidades afetas ao SNS, sendo o acesso às instituições particulares, privadas e sociais bastante dispendiosas para uma fatia considerável da população;
- Recurso massivo ao serviço de urgência do Hospital Rainha Santa Isabel (Torres Novas) potencializado pela falta de resposta por parte dos cuidados de saúde primários;
- Repartição dos serviços de especialidade entre os hospitais da Unidade Local de Saúde do Médio Tejo, obrigando a população a deslocar-se entre as cidades de Abrantes e Tomar;
- Inexistência do Conselho Municipal de Saúde;
- Necessidade de intervenção/reabilitação de algumas unidades de saúde de Torres Novas;
- Carência de equipas de intervenção multidisciplinar na área da saúde;
- Dificuldade de acesso por parte das famílias carenciadas às unidades de saúde particulares, privadas e sociais;
- Escassez de resposta no âmbito da saúde mental, quer no que se refere às demências conectadas com o envelhecimento, quer quanto a múltiplas perturbações mentais em idades mais jovens, nomeadamente as ligadas a comportamentos aditivos, com o álcool e com outras substâncias e ainda disfunções comportamentais ocorridas na infância e na adolescência;
- Falta de psicólogos clínicos nas unidades de saúde;

- Insuficiência de Assistentes Pessoais para os cidadãos portadores de deficiência física e/ou mental, os quais estão contemplados no Modelo de Apoio à Vida Independente (MAVI);
- Dificil acesso ao Estatuto do Cuidador Informal, bem como de alguns benefícios para quem adquire esse estatuto;
- Exaustão física e emocional por parte dos cuidadores informais de pessoas portadoras de deficiência física e/ou mental;
- Dificuldades de integração social e no mercado de trabalho das pessoas portadoras de deficiência ou incapacidade;
- No âmbito do processo de transferência de competências no domínio da saúde, as verbas do Fundo de Financiamento da Descentralização (FFD), gerido pela DGAL, são insuficientes para colmatar os custos inerentes, implicando necessariamente uma dotação orçamental municipal elevada para o efeito.

Desenvolvimento da Rede Social



Domínios de Oportunidade:

- Atualização, em curso, dos instrumentos de trabalho que permitem monitorizar o desenvolvimento social, facilitando a avaliação das ações desenvolvidas no Município de Torres Novas - Diagnóstico Social, Plano de Desenvolvimento Social, Plano de Ação e Carta Social;
- Iniciativas estruturantes em anos transatos delineadas e implementadas, no âmbito do Programa Rede Social, que evidenciam o potencial que o Conselho Local de Ação Social de Torres Novas (CLASTN) tem em termos de articulação e capacidade da intervenção;
- Esforço contínuo por parte dos parceiros do Programa Rede Social, tendo em vista a promoção das suas iniciativas e atividades;
- Sensibilidade e proatividade por parte da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo no fomento da articulação em vários domínios da intervenção social, nomeadamente, através de candidaturas conjuntas com os municípios do Médio Tejo;

- Elaboração do Plano Intermunicipal de Desenvolvimento Social Integrado do Médio Tejo (MT-PIDSI), em colaboração com a CIMT e os restantes municípios do Médio Tejo;
- Capacidade de mobilização das entidades locais e da sociedade civil para as problemáticas sociais do concelho de Torres Novas.

Domínios de Vulnerabilidade:

- Tendência para a assunção de que a «Rede Social» é uma estrutura autárquica quando esta é, na realidade, uma construção coletiva, um fórum de reflexão e de planeamento estratégico partilhado por várias entidades;
- Ausência de disponibilidade de alguns parceiros da «Rede Social» para a comparência em plenários do CLASTN, bem como na contribuição para a atualização dos instrumentos de planeamento social e na emissão de pareceres;
- Perda de dinâmica nas duas Comissões Sociais de Freguesias (CSF);
- Inexistência de (CSF) em 8 das 10 freguesias/uniões de freguesia do Município de Torres Novas.

Após a análise dos domínios de oportunidade e vulnerabilidade dos problemas sociais identificados no território em apreço, procedeu-se à identificação das prioridades de intervenção, tendo em consideração o grau de gravidade das problemáticas apresentadas e a sua dificuldade de execução/resolução, explanadas no Plano de Desenvolvimento Social 2025 - 2028.

A elaboração deste PDS permite-nos alcançar um novo nível de decisão e planeamento, com opções de mudança, traduzindo-se numa ferramenta fundamental à promoção do desenvolvimento social do território do Município de Torres Novas.

4. PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL 2025-2028

1. NECESSIDADE DE GARANTIR A ADEQUAÇÃO E A SATISFAÇÃO PARENTAL E FAMILIAR

EIXO DE INTERVENÇÃO: FAMÍLIA E COMUNIDADE

PRIORIDADE DE INTERVENÇÃO: Capacitar as famílias de um conjunto de competências a vários níveis

FORMAS POSSÍVEIS DE OPERACIONALIZAÇÃO:

- ✓ Desenvolvimento de ações de competências pessoais, sociais e parentais;
- ✓ Criação de fóruns para as famílias;
- ✓ Promoção da aquisição de hábitos de trabalho e rotina;
- ✓ Realização de iniciativas de educação para o consumo e de literacia financeira;
- ✓ Criação de Equipas Multidisciplinares que promovam a gestão e a organização doméstica;
- ✓ Promoção de iniciativas culturais, desportivas e sociais para reforçar o sentido de pertença comunitária;
- ✓ Organização de eventos que provam a partilha de experiências entre as famílias.

INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO ESTRATÉGICA:

- Número de ações de formação realizadas
- Número de participantes nas ações
- Número de projetos/ações com impacto na comunidade
- Participação em eventos culturais, desportivos e sociais

2. FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE GRANDE VULNERABILIDADE SOCIAL

EIXO DE INTERVENÇÃO: FAMÍLIA E COMUNIDADE

PRIORIDADE DE INTERVENÇÃO: Avaliar/diagnosticar as necessidades reais das famílias e desencadear resposta adequada

FORMAS POSSÍVEIS DE OPERACIONALIZAÇÃO:

- ✓ Desenvolver resposta integrada de apoio em articulação com os diferentes agentes sociais locais;
- ✓ Rentabilizar apoios e recursos;
- ✓ Estabelecer protocolos de parceria com entidades que possam fornecer bens de primeira necessidade em situações emergentes;
- ✓ Encaminhar adequadamente para as respostas sociais já existentes;
- ✓ Avaliar a possibilidade de encaminhamento para prestações sociais e/ou outros apoios;
- ✓ Desenvolver ações não formais para as famílias endividadas, sobre consolidação de créditos, processos de insolvência, direitos do consumidor e economia pessoal.

INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO ESTRATÉGICA:

- Nº Famílias apoiadas /encaminhadas
- Nº ações desenvolvidas
- Nº de parcerias estabelecidas

3. DESPROTEÇÃO DAS PESSOAS IDOSAS

EIXO DE INTERVENÇÃO: FAMÍLIA E COMUNIDADE

PRIORIDADE DE INTERVENÇÃO: Desenvolver estratégia de atuação para melhorar a qualidade de vida e a integração social da população idosa

FORMAS POSSÍVEIS DE OPERACIONALIZAÇÃO:

- ✓ Promover a saúde, o bem-estar, a segurança e a participação social das pessoas idosas;
- ✓ Criação de grupos de apoio e convivência para seniores;
- ✓ Implementação de programas de envelhecimento ativo;
- ✓ Acompanhamento psicológico e apoio emocional;
- ✓ Acompanhamento e monitorização de candidaturas neste âmbito (CLDS 5G - Projeto COMVIVÊNCIAS);
- ✓ Levantamento e georreferenciação dos idosos isolados e sem suporte familiar;
- ✓ Estruturas para idosos com mais atividades lúdicas e recreativas;
- ✓ Campanhas de sensibilização sobre segurança e prevenção de acidentes;

INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO ESTRATÉGICA:

- Taxa de participação em programas de envelhecimento ativo
- Número de iniciativas intergeracionais promovidas
- Número de Idosos Isolados

4. MIGRANTES E MINORIAS ÉTNICAS: NECESSIDADE DE PROMOVER A INTERCULTURALIDADE E A INCLUSÃO

EIXO DE INTERVENÇÃO: FAMÍLIA E COMUNIDADE

PRIORIDADE DE INTERVENÇÃO: Incentivar ações que desmontem estereótipos e evitem generalizações

FORMAS POSSÍVEIS DE OPERACIONALIZAÇÃO:

- ✓ Promover sessões de esclarecimento sobre migrantes, refugiados e requerentes de asilo (também em espaço escolar);
- ✓ Promoção do associativismo local para envolver as comunidades migrantes, com especial enfoque na criação de oportunidades de aprendizagem da língua portuguesa;
- ✓ Levantamento do número de imigrantes e respetiva georreferenciação no concelho;
- ✓ Capacitação das equipas técnicas das escolas, serviços públicos e de cariz social para o atendimento da população migrante;
- ✓ Apoio a candidaturas de projetos no âmbito das comunidades migrantes;
- ✓ Promoção de iniciativas/projetos facilitadores da interculturalidade.

INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO ESTRATÉGICA:

- Nº de ações desenvolvidas
- Nº de participantes nas ações
- Levantamento/Não levantamento da população migrante no concelho

5. AUMENTO DO NÚMERO DE CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO/PERIGO

EIXO DE INTERVENÇÃO: FAMÍLIA E COMUNIDADE

PRIORIDADE DE INTERVENÇÃO: Intervir de forma integrada junto de crianças e jovens em risco/perigo

FORMAS POSSÍVEIS DE OPERACIONALIZAÇÃO:

- ✓ Equipas multidisciplinares de intervenção direta;
- ✓ Criação de mais respostas temporárias de emergência;
- ✓ Programas de reeducação e reinserção social;
- ✓ Articulação entre a CPCJ e a escolas na promoção de apoio psicopedagógico adequado.

INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO ESTRATÉGICA:

- Nº de ações desenvolvidas
- Nº de crianças e jovens acompanhados

6. DESIGUALDADE DE OPORTUNIDADES E DISCRIMINAÇÃO

EIXO DE INTERVENÇÃO: FAMÍLIA E COMUNIDADE

PRIORIDADE DE INTERVENÇÃO: Concretizar o Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação

FORMAS POSSÍVEIS DE OPERACIONALIZAÇÃO:

- ✓ Promoção da igualdade de oportunidades;
- ✓ Combate a todas as formas de discriminação;
- ✓ Capacitação de técnicos para a problemática da igualdade de género;
- ✓ Programas de apoio a vítimas de discriminação;
- ✓ Parcerias com empresas para a promoção da diversidade no trabalho;
- ✓ Sensibilização para a conciliação da vida familiar e o trabalho;
- ✓ Formação de equipas multidisciplinares de intervenção neste âmbito;
- ✓ Dinamização de sessões educativas em escolas sobre respeito e igualdade;
- ✓ Utilização de linguagem inclusiva.

INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO ESTRATÉGICA:

- Número de ações de realizadas
- Concretização/Não concretização do Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação.

7. NÚMERO SIGNIFICATIVO DE CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E DE GÊNERO

EIXO DE INTERVENÇÃO: FAMÍLIA E COMUNIDADE

PRIORIDADE DE INTERVENÇÃO: Prevenir e reduzir os fenômenos de Violência Doméstica e de Gênero

FORMAS POSSÍVEIS DE OPERACIONALIZAÇÃO:

- ✓ Acompanhar/colaborar no funcionamento do Espaço M de Torres Novas;
- ✓ Criar Rede Especializada de Intervenção, no âmbito do Apoio à Vítima de Violência Doméstica e de Gênero;
- ✓ Capacitar e certificar os técnicos que intervêm na área da Violência Doméstica e de Gênero;
- ✓ Criar respostas sociais e apoios que possibilitem a proteção e a integração das Vítimas de Violência Doméstica e de Gênero.

INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO ESTRATÉGICA:

- Nº de Vítimas de Violência Doméstica e de Gênero acompanhadas
- Nº ações desenvolvidas
- Criação da Rede Especializada

8. FRACA ADEÇÃO DAS ENTIDADES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE VOLUNTARIADO DE CONTINUIDADE

EIXO DE INTERVENÇÃO: FAMÍLIA E COMUNIDADE

PRIORIDADE DE INTERVENÇÃO: Sensibilizar as entidades para a implementação de projetos estruturados de intervenção social ao nível do voluntariado

FORMAS POSSÍVEIS DE OPERACIONALIZAÇÃO:

- ✓ Estimular a criação de projetos de voluntariado de continuidade;
- ✓ Motivar as entidades/instituições para a prática do voluntariado;
- ✓ Captar jovens voluntários;
- ✓ Promover o voluntariado hospitalar;
- ✓ Realizar novo levantamento junto dos parceiros sociais sobre a necessidade de voluntários/áreas de intervenção.

INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO ESTRATÉGICA:

- Nº de voluntários integrados
- Nº de projetos de voluntariado implementados
- Nº de organizações promotoras de voluntariado

9. INSUFICIÊNCIA DE RESPOSTAS DE OCUPAÇÃO DE TEMPOS LIVRES NAS FÉRIAS E INTERRUPÇÕES LETIVAS

EIXO DE INTERVENÇÃO: FAMÍLIA E COMUNIDADE

PRIORIDADE DE INTERVENÇÃO: Promover a ocupação de tempos livres para crianças e jovens

FORMAS POSSÍVEIS DE OPERACIONALIZAÇÃO:

- ✓ Estimular a criação de projetos e respostas neste âmbito;
- ✓ Desenvolver oficinas de competências pessoais, sociais e culturais;
- ✓ Estabelecer parcerias com associações culturais e recreativas;
- ✓ Desenvolver projetos de sustentabilidade ambiental com as crianças e jovens.

INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO ESTRATÉGICA:

- Nº de crianças/jovens a necessitar de ocupação
- Nº de projetos desenvolvidos

10. INEXISTÊNCIA DE RESPOSTA ADEQUADA PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE EXCLUSÃO SOCIAL

EIXO DE INTERVENÇÃO: FAMÍLIA E COMUNIDADE

PRIORIDADE DE INTERVENÇÃO: Desencadear mecanismos e estratégias de inclusão para a população com percursos de institucionalização, reclusão, comportamentos aditivos e situação de sem-abrigo

FORMAS POSSÍVEIS DE OPERACIONALIZAÇÃO:

- ✓ Adaptação de um espaço existente para apoio às necessidades básicas (alimentação e higiene pessoal);
- ✓ Estabelecimento de parcerias para a criação de Equipas de Intervenção e Acompanhamento;
- ✓ Promoção de cuidados ao nível da imagem e apresentação pessoal;
- ✓ Apoio para a toma de medicação;
- ✓ Acompanhamento a consultas e tratamentos;
- ✓ Acompanhamento Psicossocial;
- ✓ Encaminhamento para reposta habitacional adequada.

INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO ESTRATÉGICA:

- Criação/não criação de resposta integrada
- Nº de acompanhamentos efetuados
- Nº de situações de inclusão

1. AUMENTO DO NÚMERO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS E PROBLEMAS DO FORO MENTAL

EIXO DE INTERVENÇÃO: EDUCAÇÃO

PRIORIDADE DE INTERVENÇÃO: Acompanhamento especializado, personalizado e integrado a crianças com necessidades educativas especiais e problemas do foro mental

FORMAS POSSÍVEIS DE OPERACIONALIZAÇÃO:

- ✓ Alargar a resposta de intervenção da ELI de Torres Novas;
- ✓ Criar projetos que possibilitem apoio às crianças com necessidades educativas especiais e com problemas do foro mental;
- ✓ Adaptar/redimensionar os projetos existentes para intervir nestas problemáticas;
- ✓ Elaborar protocolos de cooperação entre os agentes locais que atuam neste domínio de intervenção e os agrupamentos de escolas do concelho, de modo a criar equipas e recursos que permitam à escola o acompanhamento de crianças com necessidades educativas especiais e com problemas do foro mental.

INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO ESTRATÉGICA:

- Nº de crianças acompanhadas face ao nº de crianças com necessidade de acompanhamento, na ELI de Torres Novas
- Nº de crianças acompanhadas face ao nº de crianças com necessidade de acompanhamento nos projetos desenvolvidos

2. INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS/APOIOS PEDAGÓGICOS ACESSÍVEIS AOS MAIS VULNERÁVEIS

EIXO DE INTERVENÇÃO: EDUCAÇÃO

PRIORIDADE DE INTERVENÇÃO: Promover o sucesso escolar através de um sistema inclusivo e acessível

FORMAS POSSÍVEIS DE OPERACIONALIZAÇÃO:

- ✓ Desenvolver programas de apoio pedagógico e psicológico para crianças e jovens em meio escolar;
- ✓ Incentivar atividades extracurriculares para o desenvolvimento de competências;
- ✓ Estabelecer parcerias entre os agrupamentos escolares e as entidades locais para o desenvolvimento de projetos educativos integrados;
- ✓ Criar programas de orientação sobre hábitos de estudo e autonomia;
- ✓ Criar respostas/projetos de apoio ao estudo, gratuitos.

INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO ESTRATÉGICA:

- Taxa de insucesso escolar
- Nº de parcerias/protocolos estabelecidos

3. NECESSIDADE DE REFORÇAR A QUALIFICAÇÃO E A EMPREGABILIDADE DA POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA

EIXO DE INTERVENÇÃO: EDUCAÇÃO

PRIORIDADE DE INTERVENÇÃO: Criar oportunidades de formação profissional adequadas às necessidades do setor laboral

FORMAS POSSÍVEIS DE OPERACIONALIZAÇÃO:

- ✓ Conciliar as ofertas formativas entre os diversos parceiros da área da educação, em articulação com as entidades empresariais;
- ✓ Criar oportunidades de formação profissional adequadas às necessidades de empregabilidade dos parceiros sociais e das empresas do concelho;
- ✓ Garantir formandos para a frequência de ações de formação adequadas/ajustadas às necessidades empresariais do concelho;
- ✓ Estreitar a relação entre as empresas, os empresários e as escolas;
- ✓ Criar programas de qualificação profissional adaptado às novas tendências;
- ✓ Fomentar o empreendedorismo através de formação e mentorias em áreas inovadoras e sustentáveis;
- ✓ Criar plataformas online que integrem ofertas de emprego e formação, conectando qualificação e necessidades do mercado.

INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO ESTRATÉGICA:

- Nº de reuniões desenvolvidas entre os diversos agentes nesta área de atuação
- Nº de formandos/novas formações
- Nº de medidas divulgadas
- Nº de projetos inovadores

4. FRACA CAPACIDADE DE ATUAÇÃO DO PESSOAL DOCENTE E NÃO DOCENTE FACE A SITUAÇÕES DE RISCO/PERIGO

EIXO DE INTERVENÇÃO: EDUCAÇÃO

PRIORIDADE DE INTERVENÇÃO: Desenvolvimento de ações que promovam a capacidade de atuação do pessoal docente e não docente face a situações problemáticas, designadamente ao nível do comportamento e atitudes das crianças e jovens

FORMAS POSSÍVEIS DE OPERACIONALIZAÇÃO:

- ✓ Sensibilizar a comunidade escolar para a temática dos direitos das crianças e dos jovens;
- ✓ Capacitar os agentes educativos com intervenção junto de crianças e jovens;
- ✓ Melhorar a capacidade de deteção/referenciação de crianças e jovens que possam estar em situação de risco/perigo quanto à sua segurança, saúde, educação, formação e desenvolvimento integral;
- ✓ Garantir uma eficaz articulação entre a escola e os diferentes agentes locais que intervêm na área da infância e juventude;
- ✓ Realizar ações de informação para os agentes educativos.

INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO ESTRATÉGICA:

- Nº de ações desenvolvidas
- Nº de reuniões desenvolvidas entre os diversos agentes nesta área de atuação
- Nº de referenciações/sinalizações efetuadas às entidades competentes

5. NECESSIDADE DE TRABALHO, EM CONTEXTO ESCOLAR (*IN LOCO*) AO NÍVEL DA INTERVENÇÃO SOCIAL E DO TREINO DE COMPETÊNCIAS PESSOAIS E SOCIAIS JUNTO DAS CRIANÇAS/JOVENS E RESPETIVAS FAMÍLIAS

EIXO DE INTERVENÇÃO: EDUCAÇÃO

PRIORIDADE DE INTERVENÇÃO: Desenvolvimento de ações que promovam as competências pessoais, sociais e parentais das crianças e jovens e respetivas famílias

FORMAS POSSÍVEIS DE OPERACIONALIZAÇÃO:

- ✓ Desenvolver projetos de promoção de competências pessoais, sociais e parentais em meio escolar que incremente nas escolas ações concretas para pais e filhos, que promovam competências pessoais, sociais e parentais;
- ✓ Elaborar protocolos de cooperação entre os agentes locais que atuam neste domínio de intervenção e os agrupamentos de escolas do concelho, de modo a criar equipas e recursos que permitam o desenvolvimento destas ações.

INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO ESTRATÉGICA:

- Nº de ações/projetos desenvolvidos
- Nº de crianças/famílias que beneficiaram das ações

6. FALTA DE ASSISTENTES OPERACIONAIS NAS ESCOLAS

EIXO DE INTERVENÇÃO: EDUCAÇÃO

PRIORIDADE DE INTERVENÇÃO: Continuar a sensibilizar as entidades competentes para a necessidade de criar condições favoráveis à contratação/mobilidade de assistentes operacionais nas escolas

FORMAS POSSÍVEIS DE OPERACIONALIZAÇÃO:

- ✓ Articular com os Agrupamentos Escolares e com as Associações de Pais, de modo a avaliar as necessidades sentidas;
- ✓ Articular com o serviço responsável pela gestão das assistentes operacionais nas escolas e definir uma estratégia de atuação futura.

INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO ESTRATÉGICA:

- Nº de assistentes operacionais no ativo face ao nº de assistentes operacionais necessárias

1. NECESSIDADE DE REFORÇO DAS RESPOSTAS SOCIAIS DE CENTRO DE ATIVIDADES E CAPACITAÇÃO PARA A INCLUSÃO (CACI) E LAR RESIDENCIAL PARA A POPULAÇÃO COM DEFICIÊNCIA

EIXO DE INTERVENÇÃO: EQUIPAMENTOS SOCIAIS

PRIORIDADE DE INTERVENÇÃO: Alargar as respostas de Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI) e Lar Residencial, para a população com deficiência, adequado às necessidades sentidas no

FORMAS POSSÍVEIS DE OPERACIONALIZAÇÃO:

- ✓ Criar condições para promover o aumento da capacidade de resposta nas valências de CACI e Lar Residencial, de acordo com as necessidades sentidas no território.

INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO ESTRATÉGICA:

- Nº de utentes em lista de espera na valência de CACI e Lar Residencial

2. NECESSIDADE DE REABILITAR A REDE DE EQUIPAMENTOS SOCIAIS

EIXO DE INTERVENÇÃO: EQUIPAMENTOS SOCIAIS

PRIORIDADE DE INTERVENÇÃO: Reabilitar a rede de equipamentos sociais

FORMAS POSSÍVEIS DE OPERACIONALIZAÇÃO:

- ✓ Melhorar a infraestrutura das instituições/equipamentos sociais já existentes;
- ✓ Promover programas de capacitação para as equipas que trabalham nos equipamentos sociais, garantindo que estejam atualizadas com as melhores práticas e metodologias de intervenção social;
- ✓ Estabelecer parcerias com outras entidades públicas, privadas e do terceiro setor para melhoria das condições e respostas dos equipamentos sociais;
- ✓ Investir em soluções tecnológicas que melhorem a gestão dos equipamentos sociais, incluindo sistemas de monitorização à distância, plataformas de apoio remoto e recursos educativos inovadores.

INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO ESTRATÉGICA:

- Número de formações realizadas para equipas técnicas
- Percentagem de melhorias nas infraestruturas sociais
- Taxa de satisfação dos utentes

3. DESADEQUAÇÃO DO SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO (SAD) ÀS NECESSIDADES DOS UTENTES E FAMÍLIAS

EIXO DE INTERVENÇÃO: EQUIPAMENTOS SOCIAIS

PRIORIDADE DE INTERVENÇÃO: Criar condições para adequar o serviço de apoio domiciliário (SAD) às necessidades reais dos utentes e família

FORMAS POSSÍVEIS DE OPERACIONALIZAÇÃO:

- ✓ Avaliar junto de cada parceiro social (que presta este serviço) o número de utentes a necessitar de outro tipo de resposta de SAD;
- ✓ Reunir os diversos parceiros que administram apoio domiciliário, de modo a avaliar uma forma de operacionalização inovadora deste tipo de apoio/resposta social;
- ✓ Apoiar candidaturas neste âmbito.

INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO ESTRATÉGICA:

- Nº de utentes a necessitar da adequação deste tipo de apoio/serviço

4. FALTA DE VAGAS EM ESTRUTURAS RESIDENCIAIS PARA IDOSOS (ERPI), ADEQUADAS À CAPACIDADE ECONÓMICA DAS FAMÍLIAS

EIXO DE INTERVENÇÃO: EQUIPAMENTOS SOCIAIS

PRIORIDADE DE INTERVENÇÃO: Alargar a resposta de vagas em ERPI, para idosos em situação de vulnerabilidade económica

FORMAS POSSÍVEIS DE OPERACIONALIZAÇÃO:

- ✓ Aumentar a capacidade de resposta em vaga protocolada da Segurança Social para idosos em situação de vulnerabilidade económica.

INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO ESTRATÉGICA:

- Nº de utentes em lista de espera para ERPI

5. FALTA DE RESPOSTA DE CRECHE

EIXO DE INTERVENÇÃO: EQUIPAMENTOS SOCIAIS

PRIORIDADE DE INTERVENÇÃO: Alargar a resposta de equipamento de apoio à primeira infância (0-3anos)

FORMAS POSSÍVEIS DE OPERACIONALIZAÇÃO:

- ✓ Criar condições para alargar a resposta de creche nos equipamentos sociais que já dispõem desta valência;
- ✓ Reunir com a Segurança Social de modo a avaliar a operacionalização deste alargamento de resposta ao nível de creche.

INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO ESTRATÉGICA:

- Nº de utentes em lista espera para a valência de creche

6. NECESSIDADE DE INOVAR AO NÍVEL DAS RESPOSTAS SOCIAIS

EIXO DE INTERVENÇÃO: EQUIPAMENTOS SOCIAIS

PRIORIDADE DE INTERVENÇÃO: Criar respostas sociais inovadoras, que respondam aos desafios emergentes e às necessidades da comunidade

FORMAS POSSÍVEIS DE OPERACIONALIZAÇÃO:

- ✓ Criar serviços de apoio psicológico e psiquiátrico comunitários, com foco no bem-estar mental de grupos vulneráveis como idosos, jovens e pessoas com deficiência;
- ✓ Implementar programas piloto para integrar populações vulneráveis, combinando acolhimento, formação e capacitação em centros especializados;
- ✓ Estabelecer unidades multidisciplinares de apoio para famílias e crianças em risco, promovendo inclusão social e prevenindo abandono;
- ✓ Desenvolver plataformas digitais de apoio social, garantindo acesso online a serviços essenciais;
- ✓ Firmar parcerias com empresas e ONG's para projetos inovadores, como habitação sustentável e reintegração profissional.

INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO ESTRATÉGICA:

- Número de serviços inovadores implementados
- Número de respostas sociais inovadoras implementadas

1. NECESSIDADE DE RESPOSTAS HABITACIONAIS COMPATÍVEIS COM OS BAIXOS RENDIMENTOS DAS FAMÍLIAS

EIXO DE INTERVENÇÃO: HABITAÇÃO URBANISMO E REABILITAÇÃO

PRIORIDADE DE INTERVENÇÃO: Dar resposta às carências habitacionais e promover o acesso a habitação acessível

FORMAS POSSÍVEIS DE OPERACIONALIZAÇÃO:

- ✓ Promover o acesso à habitação de qualidade e a custos controlados a partir da celebração de protocolos nesse sentido;
- ✓ Desenvolver programas de habitação social e de habitação acessível;
- ✓ Desenvolver mecanismos de apoio ao arrendamento;
- ✓ Estimular a requalificação e a reabilitação de habitações;
- ✓ Reabilitar edifícios devolutos;
- ✓ Apoiar o financiamento de habitação para jovens e famílias com dificuldade no acesso ao crédito imobiliário;
- ✓ Melhorar a divulgação dos programas de apoio à habitação.

INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO ESTRATÉGICA:

- Nº de ações/intervenções neste âmbito

2. POPULAÇÃO IDOSA SEM CONFORTO HABITACIONAL

EIXO DE INTERVENÇÃO: HABITAÇÃO URBANISMO E REABILITAÇÃO

PRIORIDADE DE INTERVENÇÃO: Promover a segurança e o conforto habitacional das pessoas idosas

FORMAS POSSÍVEIS DE OPERACIONALIZAÇÃO:

- ✓ Desenvolver programas de adaptação de habitações para idosos;
- ✓ Criar projetos de manutenção/realização de pequenas reparações;
- ✓ Implementar tecnologias de monitorização remota associada a serviços de apoio domiciliário de modo a detetar emergências e a prestar cuidados;
- ✓ Apoiar a criação de habitação comunitária para idosos, de modo a promover a convivência intergeracional e a segurança;
- ✓ Acompanhar e apoiar a instrução e organização de candidaturas neste âmbito.

INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO ESTRATÉGICA:

- Nº de pessoas idosas a necessitar de apoio neste âmbito
- Número de habitações adaptadas às necessidades de idosos
- Taxa de satisfação com as melhorias habitacionais
- Nº de pessoas idosas com dispositivos auxiliares de mobilidade

3. NECESSIDADE DE COMBATER A DESERTIFICAÇÃO E DE IMPULSIONAR O DESENVOLVIMENTO URBANO

EIXO DE INTERVENÇÃO: HABITAÇÃO URBANISMO E REABILITAÇÃO

PRIORIDADE DE INTERVENÇÃO: Criar condições para manter a população residente e atrair novos residentes

FORMAS POSSÍVEIS DE OPERACIONALIZAÇÃO:

- ✓ Criar incentivos fiscais e subsídios para moradores e empresas em áreas em declínio, estimulando a revitalização;
- ✓ Desenvolver projetos com vista à reabilitação urbana;
- ✓ Desenvolver espaços urbanos de qualidade, como parques, zonas pedonais;
- ✓ Incentivar a construção de habitação acessível e sustentável;
- ✓ Garantir serviços essenciais, criando bairros atrativos;
- ✓ Promover a participação cívica;
- ✓ Acompanhar e apoiar a instrução e organização de candidaturas neste âmbito.

INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO ESTRATÉGICA:

- Nº de ações/intervenções realizadas neste âmbito
- Nº de projetos/candidaturas

1. ESCASSEZ DE RESPOSTA AO NÍVEL DA PSIQUIATRIA E DA PEDOPSIQUIATRIA

EIXO DE INTERVENÇÃO: SAÚDE

PRIORIDADE DE INTERVENÇÃO: Criar resposta ao nível da psiquiatria e da pedopsiquiatria

FORMAS POSSÍVEIS DE OPERACIONALIZAÇÃO:

- ✓ Criar e desenvolver um Serviço de Psiquiatria e Pedopsiquiatria, com recursos humanos e técnicos autónomos que permita dar resposta às necessidades da população;
- ✓ Incentivar as entidades competentes ao nível da saúde, a criarem propostas de melhoria no âmbito da saúde mental, de acordo com as necessidades sentidas no território;
- ✓ Criar uma resposta para adultos com Doença Mental Estabilizada.

INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO ESTRATÉGICA:

- Nº de psiquiatras/pedopsiquiatras a dar consulta à população do território em causa
- Tempo de espera para uma consulta de saúde mental

2. NECESSIDADE DE RESPOSTA A NÍVEL DA PSICOLOGIA

EIXO DE INTERVENÇÃO: SAÚDE

PRIORIDADE DE INTERVENÇÃO: Criar respostas ao nível da psicologia para a população em geral

FORMAS POSSÍVEIS DE OPERACIONALIZAÇÃO:

- ✓ Apoiar projetos e atividades que promovam acompanhamento psicológico à população que não dispõe de capacidade económica para fazer face às despesas relacionadas com o acesso a consultas de psicologia de carácter particular;
- ✓ Incentivar as entidades competentes ao nível da saúde, a criarem propostas de melhoria no âmbito da psicologia, de acordo com as necessidades sentidas no território.

INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO ESTRATÉGICA:

- Lista de espera para apoio/acompanhamento psicológico

3. DIFICULDADE NO ACOMPANHAMENTO DE PESSOAS COM COMPORTAMENTOS ADITIVOS E DEPENDÊNCIAS

EIXO DE INTERVENÇÃO: SAÚDE

PRIORIDADE DE INTERVENÇÃO: Promover estratégias de prevenção e de acompanhamento a pessoas com comportamentos aditivos e dependências

FORMAS POSSÍVEIS DE OPERACIONALIZAÇÃO:

- ✓ Garantir acesso a serviços especializados em dependências, como clínicas de reabilitação e programas de desintoxicação, com acompanhamento contínuo;
- ✓ Implementar apoio psicossocial e terapias complementares, como terapias cognitivas e grupos de apoio, promovendo a recuperação emocional e social;
- ✓ Criar ou reforçar centros especializados que ofereçam atendimento integral, incluindo suporte psicológico, médico e social, com envolvimento da família e comunidade;
- ✓ Desenvolver programas para reintegração social e profissional, com capacitação laboral e apoio ao desenvolvimento de competências sociais;
- ✓ Estabelecer serviços de acompanhamento pós-tratamento, com suporte psicológico e social a longo prazo para reinserção na sociedade;
- ✓ Fornecer apoio psicossocial às famílias de dependentes, ajudando na recuperação do familiar e na redução do estigma social.

INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO ESTRATÉGICA:

- Nº de ações desenvolvidas
- Número de dependentes acompanhados em programas de reabilitação

4. FRACA ACESSIBILIDADE A CUIDADOS DE SAÚDE AO NÍVEL DA PROMOÇÃO DA SAÚDE E PREVENÇÃO DA DOENÇA POR PARTE DA POPULAÇÃO SEM MÉDICO DE FAMÍLIA

EIXO DE INTERVENÇÃO: SAÚDE

PRIORIDADE DE INTERVENÇÃO: Prestar à população sem médico de família, acesso fácil e atempado a consultas de clínica geral e a respostas integradas, ao nível da saúde

FORMAS POSSÍVEIS DE OPERACIONALIZAÇÃO:

- ✓ Continuar a efetuar diligências, no sentido de atrair a vinda de médicos para o concelho e criar condições para a sua fixação;
- ✓ Apoiar e acompanhar projetos que desenvolvam respostas integradas ao nível da saúde.

INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO ESTRATÉGICA:

- Nº utentes sem médico de família nem acesso a consultas

1. PROCESSOS DE DECISÃO POUCO PARTICIPADOS, COM ALGUMA PARTILHA DE INFORMAÇÃO ENTRE OS DIFERENTES AGENTES LOCAIS

EIXO DE INTERVENÇÃO: DESENVOLVIMENTO DA REDE SOCIAL

PRIORIDADE DE INTERVENÇÃO: Dinamizar a Rede Social, através da implementação de projetos de efetiva parceria

FORMAS POSSÍVEIS DE OPERACIONALIZAÇÃO:

- ✓ Incentivar o desenvolvimento de projetos de parceria no concelho, numa lógica de rentabilização e eficácia das intervenções;
- ✓ Promover a partilha de informação entre os diferentes parceiros e agentes sociais do território em causa;
- ✓ Desenvolver iniciativas/ações que promovam a comunicação e partilha de informação, conhecimento e saber local;
- ✓ Disponibilizar informação sobre os programas/medidas de apoio em vigor;
- ✓ Desenvolver candidaturas conjuntas, designadamente ao nível supraconcelhio que colmatem as necessidades sentidas no território em causa;
- ✓ Promover a criação de Comissões Sociais de Freguesia (CSF) e dinamizar as duas já existentes.

INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO ESTRATÉGICA:

- Nº de parcerias desenvolvidas
- Nº de CSF criadas/dinamizadas

2. FALTA DE SUSTENTABILIDADE DO SETOR SOCIAL

EIXO DE INTERVENÇÃO: DESENVOLVIMENTO DA REDE SOCIAL

PRIORIDADE DE INTERVENÇÃO: Garantir a sustentabilidade e capacitação do setor social

FORMAS POSSÍVEIS DE OPERACIONALIZAÇÃO:

- ✓ Promover programas de formação para organizações sociais em gestão financeira, captação de recursos e liderança;
- ✓ Facilitar parcerias estratégicas entre entidades sociais, públicas e privadas, para partilha de recursos e ampliação do impacto;
- ✓ Oferecer consultoria técnica para melhorar processos administrativos, gestão de projetos e sustentabilidade financeira;
- ✓ Incentivar modelos de gestão eficiente e diversificação de financiamento para maior sustentabilidade das entidades;
- ✓ Desenvolver formação para profissionais e voluntários do setor, focando em melhores práticas, ética e impacto social.

INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO ESTRATÉGICA:

- Nº de parceria desenvolvidas

3. POUCA DINÂMICA DO TRABALHO EM REDE E DE COOPERAÇÃO COM O TECIDO EMPRESARIAL E A SOCIEDADE CIVIL

EIXO DE INTERVENÇÃO: DESENVOLVIMENTO DA REDE SOCIAL

PRIORIDADE DE INTERVENÇÃO: Aprofundar as dinâmicas do trabalho em rede e implementar soluções integradas e inovadoras

FORMAS POSSÍVEIS DE OPERACIONALIZAÇÃO:

- ✓ Estabelecer plataformas de coordenação entre serviços públicos, privados e comunitários para melhorar a colaboração e a prestação de serviços;
- ✓ Implementar projetos e respostas inovadoras em rede, de acordo com as necessidades sentidas no território;
- ✓ Promover redes de colaboração intersectoriais para facilitar a troca de recursos, conhecimento e boas práticas entre setor social, empresas e cidadãos;
- ✓ Incentivar iniciativas de responsabilidade social empresarial, apoiando causas sociais com recursos financeiros, logísticos e profissionais;
- ✓ Fomentar parcerias para inovação social, desenvolvendo soluções criativas e sustentáveis para desafios sociais;
- ✓ Incentivar políticas públicas que promovam a filantropia empresarial e o financiamento de projetos comunitários.

INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO ESTRATÉGICA:

- Nº de projetos/iniciativas em rede
- Nº de parcerias desenvolvidas
- Nº de empresas envolvidas em iniciativas sociais

5. LINHAS ORIENTADORAS PARA O PLANO DE AÇÃO 2025 - 2026

As prioridades de intervenção contempladas no Plano de Desenvolvimento Social de Torres Novas para o período de 2025/2028 irão ser traduzidas em Planos de Ação bianuais, por forma a operacionalizar de forma concisa e objetiva, ações e estratégias de intervenção futura, prioritárias e eficazes, alinhadas com as necessidades do território.

A monitorização contínua da execução do Plano de Desenvolvimento Social permitirá avaliar se as prioridades de intervenção inicialmente definidas se mantêm relevantes ou se é necessário ajustá-las às novas realidades.

A elaboração do plano de ação deverá ser estruturada com base nos eixos de intervenção estabelecidos, designadamente:

- **Família e Comunidade**
- **Educação**
- **Equipamentos Sociais**
- **Habitação, Urbanismo e Reabilitação**
- **Saúde**
- **Desenvolvimento da Rede Social**

O Plano de Ação 2025 - 2026 deverá concretizar as estratégias delineadas, especificando as ações a serem realizadas/implementadas, os indicadores de monitorização, os recursos necessários e os parceiros responsáveis pela sua execução.

Adicionalmente, é fundamental criar espaços de reflexão conjunta para fortalecer a articulação entre os diversos parceiros sociais do concelho, numa lógica de governação integrada, com vista à promoção da complementaridade das intervenções no território, estabelecendo uma plataforma de articulação e comunicação eficaz entre os diferentes agentes sociais locais.